
MESA DA ASSEMBLÉIA

- 1 - **ATAS**
- 1.1 - 93ª Reunião Ordinária de Debates
- 1.2 - Reuniões de Comissões
- 2 - **ORDENS DO DIA**
- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões
- 3 - **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissão
- 4 - **PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES**
- 5 - **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 - **ERRATA**

ATAS

ATA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 14 DE MARÇO DE 1997

Presidência do Deputado Olinto Godinho

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Apresentação de Proposições: Requerimento nº 2.046/97 - **Comunicações:** Comunicações da Comissão de Assuntos Municipais e dos Deputados Simão Pedro Toledo e Arnaldo Penna - **Oradores Inscritos:** Discurso do Deputado Geraldo Nascimento - **2ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações Apresentadas - ENCERRAMENTO.**

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Geraldo Rezende - Antônio Andrade - Bilac Pinto - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Ibrahim Jacob - Ivair Nogueira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Militão - Marco Régis - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Roberto Amaral - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Ata

- O Deputado Ivair Nogueira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª Fase do Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

REQUERIMENTOS

Nº 2.046/97, do Deputado Gilmar Machado, solicitando seja encaminhado ofício ao Governador do Estado para que se viabilize o pagamento dos precatórios devidos aos funcionários da TV Minas e à categoria dos radialistas. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

COMUNICAÇÕES

- São, também, encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Assuntos Municipais e

dos Deputados Simão Pedro Toledo e Arnaldo Penna.

Oradores Inscritos

- O **Deputado Geraldo Nascimento** profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

O **Sr. Presidente** - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Assuntos Municipais - aprovação, na 43ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.876 a 1.878 e 1.952/96, do Deputado Dimas Rodrigues, e 2.027 e 2.028/97, do Deputado Jaime Martins (Ciente. Publique-se.); e pelos Deputados Simão Pedro Toledo - falecimento da Sra. Maria Benedita Rios, em Pouso Alegre (Ciente. Oficie-se.); e Arnaldo Penna - sua indicação para substituir o Deputado Simão Pedro Toledo como membro efetivo da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 31/97 (Ciente. Cópias às Lideranças. Designo. À Área de Apoio às Comissões.).

ENCERRAMENTO

O **Sr. Presidente** - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 17, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia quatro de março de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, José Maria Barros, José Henrique e Gilmar Machado, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e informa que esta tem a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e programar os trabalhos. Em seguida, solicita ao Deputado José Henrique que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Prosseguindo, determina que sejam distribuídas as cédulas de votação e designa para atuar como escrutinador o Deputado Gilmar Machado. Recolhidas as cédulas e apurados os votos, são eleitos, para Presidente, o Deputado José Maria Barros e, para Vice-Presidente, o Deputado José Henrique, ambos com quatro votos. Em seguida, o Presidente "ad hoc", Deputado Sebastião Navarro Vieira, empossa o Presidente eleito, Deputado José Maria Barros, a quem passa a direção dos trabalhos. Assumindo a Presidência, o Deputado José Maria Barros agradece a confiança nele depositada e empossa o Vice-Presidente, Deputado José Henrique. O Presidente, após entendimento com os demais membros, informa que as reuniões da Comissão serão realizadas todas as quartas-feiras, às 9 horas. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos Deputados; convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, a se realizar no dia 5/3/97, às 9 horas, no Plenarinho III, com a finalidade de se apreciarem as matérias da pauta; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 1997.

José Maria Barros, Presidente - José Henrique - Gilmar Machado - Marco Régis - Sebastião Navarro Vieira.

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Às nove horas e trinta minutos do dia cinco de março de mil novecentos e noventa e sete, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Ivair Nogueira e João Batista de Oliveira, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado João Batista de Oliveira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Logo após, o Deputado João Leite empossa o Deputado Ivair Nogueira na Vice-Presidência da Comissão. Prosseguindo, o Presidente informa que se encontra em poder da Mesa a seguinte correspondência: ofícios do Sr. Nelson A. Jobim, Ministro da Justiça, encaminhando o relatório elaborado pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, relativo aos índios da Aldeia Jarará; do Sr. Gentil Lima Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Timóteo, encaminhando cópia da Moção nº 2/97, aprovada por essa Casa, na qual os Vereadores manifestam sua solidariedade ao Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Timóteo, que teve seu contrato de trabalho suspenso no dia 3/1/97; da Sra. Laila Maria Rocha Feres, mestranda em Relações Internacionais da Universidade de Westminster, em Londres, encaminhando projeto de mestrado que visa a analisar o desenvolvimento dos direitos humanos no

Brasil; do Sr. Carlos Roberto Lopes Cançado, Comandante do Batalhão de Polícia de Choque, informando, em atenção a requerimento da Comissão, que, em apuração criminal, verificaram-se indícios de crime militar praticado pelos militares envolvidos e que os autos da referida apuração foram remetidos à 1ª Auditoria de Justiça Militar Estadual, para os fins de direito; da Sra. Carmelina dos Santos Rosa, Secretária dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça, em exercício, comunicando que foi firmado convênio entre esse Ministério e a Federação Brasileira de Entidades de Cegos, destinando verbas ao Projeto Curso de Formação de Dirigentes de Organizações de Cegos; do Deputado Federal Hélio Bicudo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (2), encaminhando cópia do Relatório do III Fórum das Comissões Legislativas de Direitos Humanos, realizado nos dias 6/12/96 e 7/12/96; e convidando para a II Conferência Nacional de Direitos Humanos, que se realizará no dia 13/5/97. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, o Presidente passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão, e solicita ao Deputado João Batista de Oliveira que proceda à leitura do relatório da reunião conjunta das Comissões de Meio Ambiente e de Direitos e Garantias Fundamentais e da visita destas à Vila Itaú, no Município de Contagem. Colocado em discussão e votação, é aprovado o relatório. Continuando com a palavra, o Deputado João Batista de Oliveira apresenta requerimento em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para debater a aceitação pelo Brasil da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, regulamentada pelo art. 62 da Convenção Americana de Direitos Humanos, proposta e aprovada pela OEA. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. O Deputado João Leite passa a Presidência ao Deputado Ivair Nogueira e apresenta requerimentos em que solicita seja enviado ofício ao Sr. Jairo Luiz Lessa, Diretor da Valadares Diesel Ltda., atual proprietário da Usina do Bonga, localizada na Rodovia dos Inconfidentes, no Município de Itabirito, solicitando providências no sentido de se religar a energia elétrica nas residências das famílias de ex-funcionários que ainda residem na área dessa usina; e seja realizada reunião da Comissão no Município de Santa Vitória, no dia 10/3/97, para discutir o assentamento de famílias de sem-terras no Pontal do Triângulo. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Reassumindo a Presidência, o Deputado João Leite designa o Deputado Ivair Nogueira para estudar requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita seja constituída comissão especial para avaliar a atual situação do sistema penitenciário do Estado; e o Deputado João Batista de Oliveira para estudar requerimento do Deputado Paulo Piau, em que solicita seja instalada comissão especial para estudar a questão das terras onde estão as reservas indígenas do Estado, requerimentos esses enviados à Comissão nos termos da Deliberação da Mesa nº 761, de 1992. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 1997.

João Leite, Presidente - João Batista de Oliveira - Ivair Nogueira - Miguel Martini - Durval Ângelo.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 13.284

Às quatorze horas e trinta minutos do dia doze de março de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Ivair Nogueira e Simão Pedro Toledo (substituindo este ao Deputado João Leite, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Simão Pedro Toledo que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, informa que a reunião tem por finalidade apreciar o parecer do Deputado Ivair Nogueira, relator da matéria, a quem passa a palavra. O relator emite parecer, concluindo pela manutenção do veto. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. A Presidência suspende os trabalhos para a lavratura da ata. Reaberta a reunião, solicita ao Deputado Simão Pedro Toledo que proceda à leitura da ata, que, lida e aprovada, é subscrita pelos Deputados. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos desta Comissão Especial.

Sala das Comissões, 12 de março de 1997.

Ermano Batista, Presidente - Ivair Nogueira - Simão Pedro Toledo.

ATA DA 46ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia doze de março de mil novecentos e noventa e sete, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Antônio Júlio, Ronaldo Vasconcellos e Sebastião Navarro Vieira (substituindo os dois últimos aos Deputados Ermano Batista e Sebastião Costa, por indicação das Lideranças do PL e do PFL, respectivamente), membros da Comissão de Constituição e Justiça; Miguel Martini, Sebastião Navarro Vieira, Péricles Ferreira e Jorge Eduardo de Oliveira

(substituindo os dois últimos aos Deputados Roberto Amaral e Antônio Roberto, por indicação das Lideranças do PSDB e do PMDB), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Péricles Ferreira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião tem por objetivo a apreciação dos Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.049/96, do Governador do Estado, que autoriza a alienação dos bens imóveis da RURALMINAS, que especifica. Na ausência dos relatores, Deputados Ermano Batista e José Braga, o Presidente redistribui a matéria aos Deputados Antônio Júlio, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, e Sebastião Navarro Vieira, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Logo após, passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia. Com a palavra, o Deputado Antônio Júlio emite parecer mediante o qual conclui pela juridicidade, pela legalidade e pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1. Logo após, o Deputado Sebastião Navarro Vieira emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e a Emenda nº 2, que apresenta. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados por unanimidade. Em seguida, o Deputado Miguel Martini convida os Deputados para a reunião que será realizada hoje, às 17h30min, no Plenarinho IV, com a finalidade de ouvir o Sr. João Heraldo Lima, Secretário de Estado da Fazenda, que irá prestar esclarecimentos sobre o leilão de ações da CEMIG. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos Deputados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de março de 1997.

Hely Tarquínio, Presidente - Miguel Martini - José Braga - Sebastião Navarro Vieira - Roberto Amaral - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Antônio Roberto - Durval Ângelo - Antônio Júlio - Sebastião Costa.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 233ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 18/3/97

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 319/95, do Deputado Glycon Terra Pinto, que dá nova redação ao art. 159, "caput", da Lei nº 11.404, de 26/1/94, que contém normas de execução penal. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.047/96, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação com as Emendas nºs 2 e 3, da Comissão de Saúde e Ação Social, e com a Emenda nº 4, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Saúde e Ação Social.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.049/96, do Governador do Estado, que autoriza a alienação dos bens imóveis da Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.057/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao Município de Conceição das Pedras. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.261, que dispõe sobre a cobrança de multa por infração das normas de trânsito. A Comissão Especial opina pela rejeição do

veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 19/3/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.037/96, do Deputado Marcelo Cecé.

Requerimentos nºs 2.032/97, do Deputado Álvaro Antônio; 2.026 e 2.030/97, do Deputado Dimas Rodrigues; 1.974/97, da Deputada Elbe Brandão; 1.883 a 1.885, 1.891, 1.900, 1.904, 1.905, 1.916, 1.918, 1.922, 1.924, 1.929, 1.936, 1.937/96, 1.972, 2.023 e 2.024/97, do Deputado Gil Pereira; 1.989/97, do Deputado Ibrahim Jacob; 1.983, 1.984 e 2.039/97, do Deputado João Batista de Oliveira; 1.982/97, do Deputado Marco Régis; 2.029/97, da Deputada Maria Olívia; 1.998/97, do Deputado Paulo Piau; 1.913/96, do Deputado Paulo Schettino; 1.898 e 1.899/96, do Deputado Wanderley Ávila.

ORDEM DO DIA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 19/3/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 19/3/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir representantes do Centro Mineiro para Conservação da Natureza - CMCN -, que divulgarão o I Encontro Mineiro para Conservação da Natureza, que será realizado no período de 21 a 24 de setembro, em Viçosa.

Convidados: Profs. Roberto da Silva Ramalho, Laércio Couto e Maria das Graças Ferreira Reis, respectivamente, Presidente, Diretor Administrativo, Diretora Técnica e Coordenadora do I Encontro Mineiro para Conservação da Natureza.

ORDEM DO DIA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/3/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 941/96, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

ORDEM DO DIA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/3/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposição da Comissão:

Em turno único: Mensagem nº 108/96, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.021/97, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.975/97, da Comissão de Agropecuária e Política Rural; 1.987/97, do Deputado Geraldo Rezende.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 18/3/97, destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.047/96, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes e dá outras providências, 1.049/96, do Governador do Estado, que autoriza a RURALMINAS a

alienar imóveis de sua propriedade situados no Município de Jaíba, e 1.057/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao Município de Conceição das Pedras, e dos Vetos às Proposições de Lei n°s 13.261, que dispõe sobre a cobrança de multa por infração das normas de trânsito, 13.267, que dispõe sobre o financiamento de equipamento corretivo para portador de deficiência, e 13.282, que institui o Programa Emergencial de Combate ao Analfabetismo; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de março de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, José Braga, Miguel Martini, Paulo Pettersen, Roberto Amaral e Sebastião Navarro Vieira, membros da Comissão supracitada, para as reuniões extraordinárias a serem realizadas no dia 19/3/97, às 10h15min e às 14h30min, no Plenarinho II, com a finalidade de se apreciarem as matérias constantes na pauta.

Sala das Comissões, 17 de março de 1997.

Miguel Martini, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

230ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 11/3/97

O Deputado Simão Pedro Toledo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ocupo esta tribuna para focalizar mais uma vez o tema referente à questão penitenciária. Trata-se de um tema relevante, que tem sido objeto de pronunciamentos de vários colegas desta Casa nas últimas semanas, como os Deputados Miguel Martini, Durval Ângelo, João Leite e Raul Lima Neto, todos eles sensibilizados com a importância desse tema, que diz respeito ao ser humano e que retrata um dos problemas mais graves da nossa sociedade. A Igreja Católica, em boa hora, lançou como tema da Campanha da Fraternidade o problema do encarcerado, certamente atento aos dizeres constantes do Evangelho: "Estive preso e me visitaste". O enfoque desse tema deve ser feito de maneira muito responsável, sob pena de se colaborar com o aumento da violência. Assim é que algumas pessoas, impressionadas com os crimes que acontecem diariamente em nossa sociedade, tendem a ter uma visão distorcida do assunto, entendendo de uma forma maniqueísta que a sociedade está dividida entre bons e maus ou, como diz Márcio Gontijo, dividida entre mocinhos e bandidos. E, nessa ordem de raciocínio muito simplista, se entenderia que a prisão estaria reservada para os maus, para os bandidos, que a prisão seria como uma lata de lixo onde os malfeitores seriam jogados e que não se deveria perder tempo sequer com o problema penitenciário nem com o dinheiro que se gastasse nessa matéria. É preciso que se diga que o sistema penitenciário é apenas um elo de uma corrente que vai desde o crime, passa pela prisão e pela recuperação do delinqüente, de forma que ele possa voltar ao convívio social. Determinadas pessoas, inclusive alguns setores da mídia, preocupados com os crimes que acontecem no dia-a-dia, chegam a pregar a discriminação do sentenciado e passam a exigir mais cadeia, como se cadeia fosse a solução para esse grave problema. "Cadeia não cura, cadeia corrompe", diz um festejado autor americano. Urge, pois, uma revolução nos métodos de tratamento dos presos, porque não se podem aceitar os males da prisão, conhecidos de todos de sobejo: a superpopulação, a promiscuidade lá existente, porque pratica-se o crime imperdoável de não se separarem os criminosos pelos graus de delito, misturando-se criminosos primários, que praticaram crimes leves, com criminosos de alta periculosidade. Também é um mal da prisão a morosidade nos julgamentos. Sabemos que, infelizmente, a justiça é cara e demorada. Mas, nesse particular, é preciso destacar a injustiça cruel que acontece com os sentenciados que estão recolhidos à penitenciária ou às cadeias, mesmo já tendo cumprido as penas, sujeitos a uma terrível burocracia. Vemos inúmeros e inúmeros sentenciados que já cumpriram as suas penas à espera de que venha aquele alvará de soltura, sempre com muito atraso, constituindo um sério problema para eles.

Também não se podem aceitar os alojamentos em condições subumanas e a precariedade do tratamento médico e odontológico. A ociosidade é um tormento para o sentenciado, porque a mente desocupada é oficina do demônio. E aqueles criminosos vivendo amontoados, sem o que fazer, na verdade estão aprendendo tudo aquilo que não deveriam. Estão entrando numa escola de crimes, cujos professores são os criminosos mais perigosos.

Enfim, Srs. Deputados, todo esse quadro que presenciamos define um barril de pólvora, que existe em cada cadeia e em cada penitenciária e explode em sucessivas rebeliões, causando os maiores transtornos para as autoridades do nosso País.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Sr. Deputado, acabo de chegar de viagem, mas não poderia deixar de apartear-lo ao final de um pronunciamento tão importante como esse, para parabenizá-lo.

V. Exa. é um dom de Deus nesta Casa. Política é um dom divino; pena que essa palavra esteja tão enxovalhada entre o povo brasileiro, porque infelizmente a imprensa tem generalizado esse argumento. Mas há políticos nobres. Há políticos reais, que trazem a esta tribuna e a esta Casa projetos que são verdadeiros anseios do povo. E aqui estamos, colocados por Deus, para isso. E o assunto que V. Exa. aborda é da maior relevância.

Parabéns, querido Deputado. V. Exa. é um exemplo para todos nós, Deputado Simão Pedro Toledo.

O Deputado Simão Pedro Toledo - Agradeço o delicado aparte de V. Exa. quando se refere a este Deputado de uma maneira tão cristã, como é uma característica de V. Exa. Recebo-o com muita humildade.

Mas é importante que nos atenhamos, Srs. Deputados, à finalidade da pena. A pena tem uma função preventiva. Ela quer tirar o criminoso do seio da sociedade e impedi-lo de continuar praticando o mal. Ela tem também uma função punitiva, que é a de reparar o mal e refazer a justiça. E, finalmente, ela procura regenerar, reeducar e ressocializar o criminoso para que ele, suficientemente educado, possa voltar ao convívio social e, na medida do possível, também colaborar para o desenvolvimento da vida comunitária.

A prisão não pode ser uma escola de vícios, onde o criminoso sai pior do que entrou. A prisão deve ser tempo de reforma para o crescimento humano. Ela tem de possibilitar o crescimento moral e religioso do criminoso para que ele possa encontrar-se consigo mesmo e com as lições recebidas e preparar-se para voltar ao convívio social.

Mas a preocupação do Estado não pode se limitar apenas ao recolhimento e ao acompanhamento do criminoso nas prisões e penitenciárias. A atenção do Estado deve se voltar também para a vida pós-carcerária, que é muito importante, porque, muitas vezes, o presidiário sai da cadeia e não encontra oportunidade para se sustentar fora dela. Então, é importante que o Estado lance mão de estabelecimentos para que se possa dar uma oportunidade àqueles ex-reclusos para que não sejam tidos como párias da sociedade, mas como cidadãos que querem voltar a ter uma vida digna, honrada, decente.

Mas, rapidamente, quero ainda comentar alguns fatos e indicar alguns números. Para a melhoria desse quadro tétrico que presenciamos atualmente, digno do inferno de Dante, é preciso que sejam tomadas algumas medidas. São necessários mais estabelecimentos penais. Há uma deficiência de 72 mil vagas para os sentenciados, para que não haja essa superpopulação, uma realidade tão dura e tão cruel para com os criminosos. É preciso que sejam adotadas medidas substitutivas da pena, mantendo-se na prisão apenas os criminosos perigosos.

A experiência tem comprovado que as penas exageradas não são cumpridas integralmente. São vários os favores da lei que acabam por diminuí-las. Essas penas exageradas, muitas vezes, mantêm o preso recolhido à penitenciária, sem lhe dar, na verdade, uma oportunidade plena de recuperação.

Recorrendo ainda às estatísticas, 80% dos presos recolhidos às prisões e às penitenciárias não oferecem perigo para a sociedade. Em Minas Gerais, 35% dos condenados o foram por prática de furto. Quer dizer, via de regra, esses cidadãos que praticaram esses crimes não são criminosos perigosos.

Quero lembrar ainda que, no Brasil, são gastos R\$18.000.000,00, mensalmente, para custear 45 mil presos que praticaram crimes leves. Vejam o volume de recursos que é destinado aos estabelecimentos penais, para se manterem, sob custódia, criminosos de penas leves. E cabe lembrar, também, que o custo médio do preso, no Brasil, é da ordem de R\$400,00 por pessoa.

Então, exige-se um aprimoramento do sistema penitenciário, adotando-se, como é o ensinamento dos mestres, penas alternativas. Para os condenados que praticaram crimes menores, as penas alternativas têm maior significado. Quais seriam elas? Prestação de serviços à comunidade. Por exemplo, aquele moço que, usando seu carro de uma forma imprudente ou imperita, atropelou alguém, deve ser condenado a trabalhar por alguns dias da semana no trânsito, nos prontos-socorros ou nos hospitais.

Que sejam usadas também as multas pecuniárias e a privação temporária de direitos individuais, para que, nos finais de semana, determinadas pessoas condenadas não possam frequentar determinados ambientes, como bares e lugares inconvenientes.

Quero lembrar, a propósito, que o Ministro Jobim designou o jurista Damásio de Jesus para fazer um estudo de direito comparado sobre as penas alternativas. Foram encontradas, pelo jurista paulista, cerca de 40 espécies de penas alternativas que dariam condições ao juiz de desafogar os presídios e de proporcionar um tratamento mais adequado aos criminosos de pequeno porte.

São essas as considerações que gostaríamos de fazer sobre esse tema, que é palpitante e que deve merecer atenção especial de todo cidadão, porque o problema não

é só do Estado e deve envolver toda a sociedade na busca de uma solução. Gostaria de encerrar essas modestas palavras citando Dom Lucas Moreira Neves. Diz ele: "Prisão existe para que os encarcerados saiam dela o mais cedo possível. E que saiam o mais transformados possível." Muito obrigado.

O Deputado Ermano Batista - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por força de princípios que sedimentam uma convicção inabalável, somos partidários do processo de privatização das estatais como único caminho para livrar o Estado do ônus da gerência empresarial que não é de sua competência originária.

E convenhamos que, desviado de suas funções típicas, o Estado, por maior controle que exerça na atividade produtiva, estará sempre comprometendo o êxito no aspecto lucrativo, que, afinal de contas, é fundamento da economia de mercado.

Com efeito, nos sentimos à vontade para considerar a nossa visão como pragmática, já que o compromisso dos órgãos de Governo para com a nacionalidade é no âmbito de subsidiar os serviços básicos como o ensino, a saúde, o transporte, a segurança, etc, com tal intensidade e de tal modo que a comunidade seja servida a contento, o que gera a paz e a harmonia social.

Temos, pois, o nosso ponto de vista, a nossa posição firmada e definida diante da discussão sobre as privatizações. Somos coerentes nesse entendimento, vindo com a consolidação do nosso espírito cívico, da nossa forma de encarar o Estado em suas funções, o que hoje é plenamente aceito, respeitado e adotado pelo povo. Até mesmo socialistas empedernidos, no poder, trilham esse caminho.

Não podemos concordar, no entanto, que esse processo se faça aleatoriamente, sem a indescartável seriedade, ou aconteça sem o benefício direto, amplo e indiscutível para a Nação, rendendo as porções justas pela alienação do patrimônio público.

Em qualquer hipótese o retorno do investimento oficial deve acontecer com absoluta primazia e na razão de seu significado econômico. Querer o preço justo não é querer demais. Vender por menos é um ato irresponsável. Não podemos tolerá-lo.

A probidade dos administradores, nesse mister, não deve nem pode ser colocada em dúvida à vista de eventuais extravios de uma seqüência que, nesse negócio, deve ser tranqüila, inquestionável, hialina.

Lamentamos, dessa forma, que ainda agora o processo de privatização da Vale do Rio Doce esteja sendo alvo de duras críticas, especialmente porque há a suposta mas indevida interferência de parte interessada na compra da empresa, o que fere não apenas o foro de civismo e a dignidade do povo brasileiro como se reveste de mais absurda imoralidade.

Uma gravíssima denúncia foi feita ao público pelos jornais e não podemos nos calar diante dela, protestando por todos os meios disponíveis contra ingerências descabidas, esdrúxulas. Contrataram, vejam os senhores, alguém que tem interesse na compra para dizer quanto vale o patrimônio da empresa.

A respeitável e lúcida Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que acompanha a privatização da Vale do Rio Doce, se viu obrigada a ingressar com representação contra o BNDES, junto ao TCU, pedindo a suspensão do processo. Os motivos? Sérios, seriíssimos.

Esse pedido é fundamentado na alegação de que a "Merrill Lynch", americana, que avaliou o patrimônio da Vale e organizou o respectivo edital de licitação, é proprietária da corretora sul-africana "Smith Borkum Hare", principal acionista da mineradora "Anglo-American", multinacional que abertamente já se manifestou interessada em adquirir a empresa brasileira.

Indubitavelmente a transação tem cheiro de trama. É preciso apurar. Se procedentes as denúncias evitaremos um assalto ao Brasil, se não, tanto melhor para o processo de privatização.

Conta a Comissão que a Vale, no processo de avaliação, foi reduzida, praticamente, a uma mineradora de ferro. Diz mais, que do inventário foram excluídas jazidas de urânio, jazidas de ouro e jazidas de ferro.

Fato grave é que enquanto subavaliaram o patrimônio da empresa, no Brasil, superestimando a taxa de risco, deram às empresas da Vale no exterior o preço correto.

A especulação de mercado, convenhamos, pode ser um ato admissível em termos de negócios, mas o próprio interessado manipular de alguma forma, por meios diretos ou indiretos, a definição virtual do valor do bem público a ser comprado, isso, indiscutivelmente, é uma irracionalidade.

A informação privilegiada de que a "Merrill", provavelmente, tenha gozado, junto ao órgão oficial, da liberdade que teve para conferir e manusear dados, repassando-os, provavelmente, para a sua subsidiária interessada na compra fere o mais elementar princípio da ética empresarial, do direito, é um acinte aos dispositivos constitucionais, constitui-se, obviamente, num prejuízo flagrante para a Nação brasileira e que não pode ser tolerado. Trata-se de procedimento criminoso que não podemos admitir.

Com essa provável situação escusa, pairam no ar fundadas dúvidas sobre o valor

estimado para a venda da empresa. É isso o que a Comissão Externa da Câmara denuncia. É isso que deve ser apurado. Com esta provável situação escusa, paira no ar fundadas dúvidas sobre o valor estimado para a venda da Empresa.

O bom-senso nos induz agora a admitir que tudo deva ser revisto para que o ato de comércio se revista de lisura. Não só a realidade de mercado para os títulos a negociar mas também a forma de promover a venda de maneira sóbria e honesta.

A "Anglo-American" pôs-se em vantagem em relação aos outros eventuais compradores, o que compromete o processo e recomenda um adiamento prudente antes que o mal maior e definitivo aconteça.

Louvamos, assim, a atitude ponderada, porém enérgica e tempestiva da Comissão Externa da Câmara dos Deputados recorrendo ao veículo legal para sanar um vício da maior envergadura num processo de privatização que, mesmo Cnecessário, deve ocorrer segundo formas inatacáveis, escudadas nos princípios da legalidade, transparência e moralidade.

Que se registre a nossa oposição a essa forma suspeita de se promover a privatização da Companhia Vale do Rio Doce mas que também se firme o nosso apoio à continuidade do enxugamento da máquina administrativa para que o Estado se reencontre com sua predestinação.

Sou, sempre fui e continuarei sendo paladino da desestatização mas me revolta imaginar que estamos sendo roubados. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, senhoras e senhores; neste final de semana, juntamente com os nobres colegas Deputados Adelmo Carneiro Leão e Anderson Aduato, estive participando de uma audiência pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais em Santa Vitória, no Triângulo. O objetivo dessa audiência era tratar do assentamento de 186 famílias, que aguardam essa decisão. Destas, 124 estão acampadas na Fazenda São José, e 26, na Fazenda Santo Antônio.

Nessa audiência, senhoras e senhores, presenciamos um clima de enorme tensão, provocado, de um lado, pela situação aflitiva dos sem-terras. Dezenas e dezenas de famílias estão vivendo sem as mínimas condições de sobrevivência, em coberturas de plástico preto, sem água, sem alimentação suficiente, sem assistência médica de nenhum tipo. As crianças, como sempre acontece nessas situações de risco, são as que mais sofrem. Vítimas da fome, elas mamam água doce, na ausência do leite. Por outro lado, ouvimos, também, os fazendeiros, que temem perder suas terras. Nesse ambiente extremamente marcado por tensões constantes, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, representada por mim e pelos colegas Deputados Adelmo Carneiro Leão e Anderson Aduato, teve importante papel. Como fiel da balança, a Comissão contribuiu para diminuir as tensões, levando uma palavra de equilíbrio e esperança às famílias e aos fazendeiros. Estamos certos de que a atuação da Comissão foi imprescindível para que fosse evitado um conflito de conseqüências imprevisíveis. Na reunião, com os fazendeiros, os acampados, o representante do INCRA e o assessor do Governo do Estado para reforma agrária, Dr. James Ladeia, levamos, em nome da Comissão, a nossa palavra sobre a importância de todos exercitarem o bom senso e o equilíbrio no trato de uma questão tão delicada.

A reforma agrária feita segundo os parâmetros da justiça e da ética só trará benefícios: vai desinchar os cinturões de miséria das grandes cidades, promovendo a volta de homens e mulheres ao campo. A redistribuição de terras poderá contribuir muito para o combate ao desemprego e a outros males próprios dos grandes aglomerados metropolitanos.

Os resultados de assentamentos já realizados no Estado são animadores. Na Fazenda Barreiro, primeiro assentamento feito na região, as famílias já conseguem ter renda mensal equivalente a 7 salários mínimos. Na Fazenda Vargem do Touro, este ano serão colhidas 3.000t de milho.

Na reunião, decidiu-se esperar a ação do INCRA, que, no dia 17 deste mês, fará vistoria em várias áreas, para futuras desapropriações e assentamento de famílias, não apenas as 186 de Santa Vitória, mas as 600 previstas para o Pontal do Triângulo, para este ano.

Temos, concretamente, um impasse no tocante ao modelo de pagamento das terras. Os fazendeiros desejam a venda através do Decreto Federal nº 433, e o INCRA propõe a desapropriação; para resolver o impasse, é importante que haja esclarecimento, por parte do INCRA, sobre o modelo mais eficiente e que haja um acordo para facilitar a oferta de terras, atendendo tanto a trabalhadores sem terra quanto a proprietários rurais.

Gostaria, também, de trazer uma discussão importante para a reflexão de todos nós: qual tem sido o papel da RURALMINAS nesse processo?

Gostaria de apresentar algumas propostas consensuais do nosso seminário sobre reforma agrária em Minas Gerais: destinação de todas as terras públicas e áreas arrecadadas de Bancos estaduais exclusivamente ao assentamento de trabalhadores rurais, exceto as áreas que não forem adequadas à implantação de projetos de

assentamento, as quais serão preservadas de acordo com a legislação pertinente; levantamento cadastral dos imóveis rurais do Estado e comunicação dos dados obtidos aos autores desta proposta, que selecionarão os que devem destinar-se ao assentamento imediato de trabalhadores sem terra; inclusão, no orçamento público, de rubrica para a realização de ações discriminatórias, que deverão ser propostas a partir de critérios resultantes do consenso entre o Governo do Estado, a Assembléia Legislativa e entidades que propugnam pela reforma agrária; arrecadação imediata das terras públicas com área superior a 250ha, assim definidas após ação discriminatória administrativa ou judicial, as quais deverão ser destinadas a assentamentos e criação de unidades de conservação, definindo-se os usos por meio de um zoneamento agroecológico. Considerando que a RURALMINAS já vem desenvolvendo discriminatórias administrativas e judiciais, como, por exemplo, nos Municípios de Rio Pardo de Minas, Itacarambi, Varzelândia, São João da Ponte e outros, é necessário que ela informe por escrito às entidades autoras desta proposta a situação atual dessas discriminatórias; desenvolvimento e ação conjunta da RURALMINAS, da Procuradoria-Geral do Estado e do Ministério Público, como fiscal da lei, visando a resguardar o patrimônio público, defendendo-o das ações de usucapião e de retificação de área em terras públicas, em tramitação nas várias comarcas do Estado, impedindo a fraude ou simulação por parte dos que ocupam irregularmente as referidas terras; proposição de ações anulatórias contra eventuais títulos já expedidos. Consideramos importante a participação da RURALMINAS nesse processo e queremos que ela esteja presente em todos os momentos. É urgente a identificação das terras pertencentes ao Estado para assentamento das famílias sem terra.

Caros colegas, neste momento delicado da luta pela terra, não podemos dispensar ninguém. É necessária a participação da sociedade, mas, sobretudo, o empenho de todos os órgãos governamentais nesse processo. Que o nosso alvo maior seja guardar a vida. É pequena a distância entre a concórdia que vivemos hoje e a violência que trará uma tristeza muito grande para todos nós. Precisamos detodos.

Quero, finalmente, senhoras e senhores, agradecer a esta Casa, em especial, ao Deputado Romeu Queiroz, nosso Presidente, pelo total apoio às ações da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente Deputado Romeu Queiroz, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, antes de tocar no assunto que me traz hoje à tribuna da Assembléia Legislativa, gostaríamos de rebater algumas denúncias que foram veiculadas pela grande imprensa de Belo Horizonte contra o Secretário da Saúde, Dr. José Rafael Guerra Pinto Coelho, as quais partiram de um segmento que atua na área da saúde pública do Estado, e que acusam o Dr. Rafael Guerra, grande Secretário da Saúde, grande professor e cirurgião, de beneficiar e privilegiar alguns municípios, através de recursos que deveriam ser distribuídos para a maioria dos municípios de Minas. E o que é mais grave: as denúncias versam sobre um possível interesse político do Sr. Secretário, ao beneficiar essas cidades que foram citadas pela imprensa. Eu gostaria, Sr. Presidente, como ex-Presidente da Comissão de Saúde e Ação Social desta Casa nos anos de 1995 e 1996, de testemunhar a posição imparcial, coerente e correta do Dr. Rafael Guerra Pinto Coelho. Um homem que, mesmo sabendo que estaria sacrificando sua vida particular, que estaria comprometendo sua vida como médico, um dos médicos que gozam do mais alto conceito na área de cirurgia geral de todo o Estado e do País, se propôs a dar sua contribuição, a ajudar o Estado, assumindo o importante cargo de Secretário da Saúde. Um homem que esteve presente inúmeras vezes, sempre que convidado ou convocado a depor e explicar seu plano de governo na Comissão de Saúde e Ação Social. Todas as vezes que ele veio a esta Casa, convenceu a nós, Deputados, e principalmente a classe médica de que seu plano de governo e seu trabalho estavam no caminho correto, prestando inestimável serviço ao povo de nossas cidades.

O Deputado Paulo Schettino (Em aparte) - Quero hipotecar solidariedade ao seu pronunciamento. Reconhecemos que o Dr. Rafael Guerra tem tido uma administração das melhores, apesar das dificuldades que o Estado atravessa. Homem sério, homem probo, homem distinto. O Deputado Carlos Pimenta, como sempre, aborda o tema de forma muito convincente e com muito conhecimento, principalmente por ser um excelente médico. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço a participação de V. Exa., Deputado Paulo Schettino. É necessário que possamos sair em defesa dos homens que têm moral, que têm serviços prestados e que, de um momento para o outro, por ocupar um cargo público, são expostos da forma como o Dr. Rafael foi exposto. Temos que parar com essa mania de querer acusar as pessoas e querer imputar às pessoas erros que não cometeram. Chegaram ao absurdo de propor uma CPI para apurar essas denúncias, sem mesmo terem a preocupação de convidar o Dr. Rafael para explicar. Mas, como é um homem de vida limpa, um homem que não teme expor a verdade, ele já se antecipou e, em ofício à Comissão de Saúde, hoje presidida pelo Deputado Jorge Eduardo, propôs-se a vir aqui discutir e mostrar que não tem nada a esconder, que seu trabalho é um trabalho sério,

um trabalho limpo e que está prestando benefícios ao povo de Minas Gerais. Vamos aguardá-lo.

Tenho a certeza absoluta de que ele irá, mais uma vez, desmascarar esse grupo de pessoas que querem ver apenas o circo pegar fogo, que não têm escrúpulo em jogar lama no nome de homens sérios, de homens que têm um passado inatingível, de homens que, acima de tudo, prestaram um grande benefício à nossa sociedade. A resposta virá com o tempo. Aguardamos ansiosos esse contato com o Dr. Rafael Guerra, para que se mostre que o Governo de Minas, no setor de saúde pública, vai muito bem, obrigado.

Quero também, Sr. Presidente, nesta segunda etapa do meu pronunciamento, tecer alguns comentários acerca de um outro órgão do Estado e questionar a participação desse órgão nos serviços que vem prestando à sociedade mineira. Trata-se do DER-MG. Não quero aqui causar a impressão de que vamos criticar o órgão de forma irresponsável, mas queremos cobrar dele e do Governo um plano estadual para a recuperação das estradas de Minas.

Estivemos no DER, no decorrer desta semana, em companhia de alguns Prefeitos, que solicitaram do Departamento um trabalho em parceria, para que sejam recuperadas as estradas de sua região, principalmente as que dão acesso aos municípios. Tivemos a resposta absurda de que o DER não tem convênios de encampamento de 108 estradas que dão acesso aos municípios de Minas Gerais. Aí, fiquei preocupado, porque o DER não tem compromisso com nenhum dos municípios que foram emancipados por esta Casa, com nosso voto. Com as últimas chuvas, a maioria das estradas que dão acesso a esses municípios estão absolutamente intransitáveis. E a resposta é sempre a mesma: "Sr. Deputado, em atenção ao ofício tal, solicitando a execução de serviço de patrulhamento e encascalhamento do trecho, no caso, de Varzelândia à cidade de Ibiracatu, informo-lhe que, no momento, não temos condições de atendimento a esse pedido, em face do nosso comprometimento com os serviços em execução em estradas de nossa rede conservada e também das dificuldades financeiras, que não nos permitem a recuperação de diversos equipamentos, hoje encostados em nossas unidades". Quem te viu, quem te vê. O DER, num passado muito recente, era talvez um dos órgãos que tinha o maior poder de atendimento aos Prefeitos do interior de Minas Gerais. E hoje observamos: de um lado, 108 cidades que precisam desse convênio com o DER, para que ele assuma a responsabilidade pela recuperação de estradas que dão acesso aos municípios, e, de outro lado, a falta de condições financeiras do Departamento para atender aos pleitos dos Deputados e da maioria dos Prefeitos.

Procuramos o orçamento, para verificar as condições do órgão de atender às nossas reivindicações, mas o orçamento é muito enxuto; é muito acanhado em face dessas necessidades, que são urgentes.

Não quero aqui fazer nenhuma crítica ao Diretor do órgão, Dr. Mauro Vasconcelos, coitado, faz das tripas coração para atender aos pedidos. Mas é necessário que façamos esse questionamento e um levantamento da atuação do órgão, para que possamos dar uma resposta aos Prefeitos, às pessoas que nos escrevem, aos eleitores e ao povo de Minas Gerais, os quais, muitas vezes, estão impossibilitados de deixar suas cidades ou de voltar para elas, porque não contam com linhas de ônibus regulares. Temos que questionar o trabalho do DER-MG, a pressão que o órgão tem de exercer sobre o Ministério dos Transportes para recuperar nossas estradas federais. A estrada de Pirapora a Montes Claros, hoje, é uma verdadeira malha de buracos, por onde passam mais de 4.800 carretas por dia. Acontecem acidentes fatais naquela rodovia federal. Tudo isso tem que ser questionado.

Não me contento com resposta igual a essa e sei que os Deputados também não se contentam. Estou tendo a fama de ter a língua solta, e tenho, mesmo sendo um Deputado que dá apoio ao Governo, porque acredito nele. Temos que fazer essas indagações. Muitas vezes nos reunimos e lançamos críticas sobre esse órgão, mas aqui, desta tribuna, existe um silêncio incompreensível. É necessário que nós, Deputados, possamos fazer um levantamento da estrutura do órgão, da mesma forma que estamos vasculhando o IPSEMG. Muitas das iniciativas partem da bancada de oposição ao Governo, do PT; eles têm suas razões para fazer esse questionamento. Estamos levantando tudo sobre o DER-MG, para que possamos dimensionar o órgão e ter certeza de que nossos pedidos serão atendidos ou, pelo menos, para que a maioria dos pedidos tenha uma resposta convincente ou, pelo menos, um planejamento ao longo do tempo, para que as pessoas possam se sentir tranquilas.

E, ainda com relação ao DER-MG, o Governo do Estado está promovendo, através da Secretaria de Educação, a execução de 500 nucleações escolares. Vão fazer escolas, vão dar ônibus para transportar os alunos, a fim de trazê-los para estudar em um único núcleo. Pergunto: como um projeto dessa natureza, que envolverá US\$70.000.000,00, em que serão construídos 500 núcleos escolares, com quatro salas de aula, poderá dar certo se a grande maioria, a quase totalidade das estradas vicinais municipais estão impraticáveis e intransitáveis?

Gostaria de propor, Sr. Presidente, que a nossa Casa, a título de ajuda ao Governo, como forma de subsidiar o Governo com informações, e até mesmo de participar desse

plano estadual de recuperação de nossas estradas, pudesse promover um debate público, um debate com os Deputados, os Prefeitos, com representantes da Secretaria de Obras e do DER-MG, o mais urgente possível. Essa reunião será importante para ajudar no trabalho do Governador Eduardo Azeredo frente à grande necessidade de recuperação da malha viária de todo o Estado, seja ela estadual ou federal. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria José Hauelsen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes nas galerias, senhores que me escutam nos corredores e nos gabinetes, a nossa região, os vales do Mucuri e do Jequitinhonha, e também a região do São Mateus e do Rio Doce estão em festa; especialmente, a cidade de Teófilo Otôni está em festa, com a esperança de dias melhores, de novas possibilidades de emprego e de progresso para a região, sempre lembrada pelos poetas, escritores, cronistas e políticos nas suas falas, mas desamparada, na prática, na ação, pelos agentes públicos, pelos líderes a quem compete a realização de mudanças. Mas por que estamos com uma nova esperança? Na nossa região não há outro assunto que não seja a implantação, na cidade de Teófilo Otôni, da Zona de Processamento de Exportações - ZPE -, onde aparecerão os incentivos fiscais, as isenções e tudo o mais que é necessário para que uma região produza para exportação. E produzir para exportação significa enriquecer-se, significa dar empregos. No Brasil, foram criadas 18 ZPEs, por leis federais. A ZPE de Teófilo Otôni foi a última a ser criada, mas, com certeza, será uma das primeiras a ser implantada e a atuar concretamente na produção para exportação. Sua inauguração está prevista para o mês de julho próximo, e, provavelmente, no ano que vem, as empresas instaladas na ZPE, em Teófilo Otôni, já estarão exportando seus produtos, suas mercadorias. Por que aquela região de Minas Gerais foi escolhida para sediar uma ZPE? Sem dúvida, pela riqueza de seu subsolo. A região do Jequitinhonha e do Mucuri é considerada uma das mais ricas na produção de gemas, de pedras preciosas e de jóias. Basta imaginarmos que, da produção mundial de gemas e jóias, o Brasil detém 33%, compostos sobretudo pela produção de pedra bruta. Sabemos, também, que a maior parte dessa riqueza ainda se encontra escondida no subsolo das regiões do Jequitinhonha e do Mucuri, que têm, como cidade principal, Teófilo Otôni.

Esperamos e acreditamos que isso significará a vinda de dias melhores, trazendo a possibilidade da criação de novos empregos. Já se falou na produção de 2 a 3 mil empregos. E ouvi dizer, ainda, que podem ser gerados até 3.500 empregos diretos.

A primeira empresa que se prontificou a ir para a ZPE de Teófilo Otôni já tem possibilidade de gerar, no próximo ano, 250 empregos diretos. E não é só no setor de gemas, de pedras preciosas, de riquezas minerais que uma ZPE atua.

A ZPE poderá trabalhar, também, na exportação de frutas cítricas, de doces e de móveis. E, para isso, há uma grande facilidade com as áreas de reflorestamento, que estão possibilitando a produção de celulose e de madeira para móveis. Há também possibilidade de exportação de carnes, de produtos derivados do leite. Pode ser que a nossa região entre num período de salvação. Mas não é apenas Teófilo Otôni, vale do Mucuri, Jequitinhonha, São Mateus e Rio Doce que ganharão com isso. O sucesso da ZPE há de ser, também, o sucesso da economia mineira, que chega em boa hora para o sucesso da economia do Brasil, que pode entrar mais forte, com passo firme, no MERCOSUL.

Hoje, participamos, na ACMinas, do Café Parlamentar, em que foram debatidos assuntos da mais alta importância ligados à ZPE. De maneira clara e firme, o professor e Deputado Federal Octávio Elísio fez colocações, louvando sua implantação e mostrando sua esperança na riqueza que pode vir pela ZPE de Teófilo Otôni.

Gostaríamos de contar com o apoio de todos os Deputados, de todos os agentes políticos, de empresários, de lideranças dos diversos setores.

Sem dúvida nenhuma, a ZPE será o projeto que irá alavancar o maior progresso de Minas Gerais em todos os tempos. É, também, o único projeto que une todas as lideranças de qualquer setor. Até agora, não houve uma voz que se manifestasse contrária a isso. É verdade que alguns, que já apanharam e lutaram demais, que não conseguiram ver realizados os seus sonhos, têm, às vezes, pouca esperança. São um pouco pessimistas, mas se animam, se contagiam, quando vêem outros que estão mais bem informados e que têm segurança naquilo que estão dizendo, pois falam de maneira técnica, sem querer fazer propaganda deste ou daquele setor. E a esperança vai chegando, aos poucos, para todos nós.

A ZPE é, sobretudo, o resultado do esforço da iniciativa privada. Mas precisa contar com a colaboração dos agentes políticos, do Governo e de todos nós, mesmo que não sejamos empresários. É preciso que cada um de nós se conscientize de que é necessário produzir e ter mais, para que o povo sofra menos. É preciso, ainda, que sejamos portadores dessa esperança, divulgando e abraçando a idéia da ZPE. E foi justamente por acreditar nesse caminho para a libertação da região do Jequitinhonha, do Mucuri, do São Mateus e do Rio Doce que, já há algum tempo, abracei essa idéia.

No ano passado, colocamos, no orçamento do Estado, uma emenda que previa recursos da ordem de R\$1.600.000,00 para o trabalho de infra-estrutura na ZPE. Foi com certa

dificuldade que conseguimos ver essa emenda aprovada, mas houve, sem dúvida, o final feliz que tanto desejávamos. Por acreditar na necessidade da divulgação dessa idéia, requeri uma audiência pública em Teófilo Otôni; nela estarão representadas, sobretudo, as Comissões de Ciência e Tecnologia, de Política Energética e de Meio Ambiente, para que essas pessoas, que são as representantes mais diretas do povo e responsáveis por esses assuntos, esclareçam para todos nós a necessidade da implantação da ZPE e da nossa participação urgente, urgentíssima, nesse processo. Seria ótima a participação dessas Comissões nos garimpos, para que pudessemos verificar "in loco" o sofrimento dos que trabalham na extração de pedras.

Confesso-lhes que vivi um dos momentos de maior dificuldade ao visitar, um dia, uma região de garimpo e ver a pobreza e a miséria em que vivem os que têm nas mãos, por algum tempo, por alguns minutos, riquezas fabulosas. Acampados ao lado das catas, em barracas cobertas de plástico preto, dentro das quais não conseguimos ficar de pé, passavam meses e meses buscando a riqueza e um pouco de felicidade para suas famílias. Visitei, também, um túnel. Confesso-lhes que nele não entrei mais que dois metros e meio, tamanho o medo que senti devido à falta de ar, à escuridão e ao perigo iminente de desabamento.

Não tenho dúvida de que a presença da ZPE numa região dessas há de possibilitar um trabalho de exploração menos primitivo, com mais tecnologia e segurança, levando mais recursos e proporcionando melhores condições de vida aos que estão na ponta da produção dessa riqueza. Repito o que disse há pouco: é mais do que urgente a implantação da ZPE em Teófilo Otôni. Há pouco tempo, li um relatório do Instituto de Desenvolvimento Industrial - INDI -, em que se afirmava que, nos últimos anos, nenhum emprego foi gerado naquela região que tenha sido registrado pelo INDI. As regiões do Mucuri e do Jequitinhonha não receberam nenhum investimento público nem privado de maior porte, nos últimos anos. Entre as pessoas que foram entrevistadas e comentaram o fato, estava o Secretário Paulo Haddad, que falou da sua angústia, pois, se a situação continuasse daquela maneira, a pobreza crescente se tornaria um fato irreversível.

Agora, temos a faca e o queijo na mão, temos a esperança de dias melhores. Que cada um de nós seja portador dessa idéia, seja propagador dessa notícia. Quero, ainda e sobretudo, fazer um apelo ao Presidente desta Casa, que, em Teófilo Otôni, manifestou, de público, o seu empenho junto ao Governo do Estado e o empenho desta Assembléia Legislativa para que a ZPE seja, quanto antes, uma realidade entre nós. É o que desejamos. Muito obrigada.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV a cabo, senhores presentes nas galerias, ocupo esta tribuna para deixar algumas dúvidas aos Deputados. Durante os últimos 20 dias, os jornais de Belo Horizonte vêm noticiando a respeito do cartel do transporte coletivo urbano. Sr. Presidente, em virtude de fazer política, há muitos anos, em Belo Horizonte, tive a oportunidade, quando Vereador, de deixar vários projetos relacionados ao transporte urbano, como a instalação de ônibus biarticulados; terminais urbanos, que, na administração passada, do Sr. Patrus Ananias, eram denominados de BHBUS; banheiros nos pontos finais; cadeiras estofadas; encosto de cabeça; preço único de tarifas e a câmara de compensação.

Hoje, Sr. Presidente, ouvimos falar sobre o cartel do transporte coletivo. Acompanhamos, na semana retrasada, o pronunciamento do nobre colega Raul Lima Neto, que também faz política em Belo Horizonte. Segundo suas palavras, o transporte estava nas mãos de sete famílias, de sete empresários. Gostaria de corrigi-lo, pois temos, hoje, em Belo Horizonte, 83 empresários de ônibus. A mesma licitação que tentam fazer em Belo Horizonte já foi feita na administração passada, da então Prefeita de Betim, Maria do Carmo. Para surpresa minha, Sr. Presidente, quando acabou todo aquele período de licitação, o mesmo empresário que estava continuou.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - É realmente um cartel e um terrível cartel, explorador e monopolizador do transporte coletivo em Belo Horizonte. Tem de haver livre iniciativa, tem de haver licitação, para que todos possam competir. Tenho certeza de que vai melhorar bastante o transporte coletivo em nossa Capital.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, completando, é lógico que o transporte coletivo, não só em Belo Horizonte como também na região metropolitana, tem de ser melhorado. Isso não vai ser em decorrência de uma licitação, mas em decorrência daquele...

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Da competição, Exa.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, completando o raciocínio, numa licitação em Belo Horizonte, hoje, de 83 empresários cairíamos para 10. Sem dúvida nenhuma, haverá a formação de um cartel após a licitação. Quero saber quem está levando vantagem nisso, o porquê de a BHTRANS tanto bater nessa tecla antes de resolver o problema do sistema viário, do quadro de horários de ônibus, da defasagem da câmara de compensação. Acho que temos de ter uma licitação, mas, antes, precisamos de um sistema viário adequado para que os ônibus possam transitar com velocidade

comercial maior em Belo Horizonte, não com a que temos hoje, a pior velocidade do Brasil. A licitação tem de ser feita, mas hoje quem faz o transporte em Belo Horizonte não é o empresário, é a BHTRANS, é o Sr. João Luiz da Silva Dias, é o Sr. Carlão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte)* - Como estabelece o próprio Regimento Interno, a ação de um parlamentar tem de se pautar pelo pleno cumprimento da Constituição Federal, da Constituição Estadual e do Regimento Interno desta Casa. Há pouco, o Deputado, no Pequeno Expediente, fez uso da palavra, manifestando-se contra a existência de um processo licitatório. Sugiro que a Mesa analise essa questão que está, de alguma forma, pregando o descumprimento do que a lei estabelece. A Lei Federal nº 866 determina a questão do processo licitatório. Nós, que fazemos leis, não podemos jogar no lixo a Lei Federal nº 866. Não é que a BHTRANS esteja fazendo para favorecer o cartel. É evidente que o cartel existe, hoje, em Belo Horizonte. A licitação é para quebrar o cartel.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, o nobre Deputado gosta de entender o que acha melhor. Deixei claro - e ainda repeti - que sou favorável a um processo de licitação. Só não acho que toda a culpa da inadequação do transporte coletivo em Belo Horizonte deva ser atribuída à falta de licitação. Tanto a administração atual quanto a do Deputado que me antecedeu, em Betim, falava que o problema é de falta de licitação. A licitação foi feita em Betim, por exemplo. Quem ganhou foi o próprio empresário que está operando hoje o transporte coletivo em Betim. E essa administração é do PT. É isso que quero deixar claro. O que acontece? Não sou contra o processo de licitação. Acho que não adianta afirmar que o transporte coletivo em Belo Horizonte é ruim porque não existe licitação. Ele é ruim porque é administrado pela BHTRANS, porque é administrado pelo Sr. Carlão, que já foi Deputado nesta Casa, e pelo Sr. João Luiz. Em Belo Horizonte, não existe sistema viário. A Região Metropolitana de Belo Horizonte não tem sistema viário. E por não ter esse sistema adequado é que temos um péssimo transporte coletivo. Não adianta nenhum Deputado, nenhum Vereador, nenhum homem público contestar, porque, hoje, quem dá as ordens é a BHTRANS. Quem manda fazer, quem coloca preço é a BHTRANS. Se está ruim, temos que pedir, com urgência, uma intervenção nesse órgão e no DER-MG, que fazem as linhas metropolitanas. O DER-MG tem que se explicar a esta Casa, como todo o sistema tem que fazer isso. Porque quem dá as regras é a BHTRANS, e ele tem que se explicar.

* - Sem revisão do orador.

231ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 12/3/97

O Deputado Álvaro Antônio * - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, dois assuntos me trazem a esta tribuna. Em primeiro lugar, encaminhei à Mesa um requerimento congratulando o Pe. Alfredo Sabeta pelos seus 50 anos de sacerdócio, dos quais uma grande parte transcorreu no nosso País, particularmente na região do Barreiro.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, assomo a esta tribuna para fazer um sucinto relato do que foram os dois anos em que tive a honra de ser Presidente da Comissão de Política Energética, que, desde a sua instalação, procurou promover debates sobre as grandes questões setoriais, de grande importância para o Estado. Em 1995, ela tratou, sobretudo, do problema da privatização no setor energético, da privatização das hidrelétricas, e consideramos que foram proveitosos os debates e as discussões. E, finalmente, optou pela não-perda do controle acionário das hidrelétricas, por uma parceria com a iniciativa privada. Discutiram-se os impactos da usina de Irapé, em Grão-Mogol, o que interessa, particularmente, aos Deputados que representam a região Norte de Minas. Outra importante discussão travada na Comissão foi o problema do uso múltiplo das águas dos nossos rios. Tivemos uma preocupação toda especial com o problema hidroviário do nosso Estado. Embora tenhamos a segunda bacia hidrográfica do País, estamos muito aquém do que deveríamos estar com relação ao progresso das hidrovias, que, sem dúvida, seriam de grande importância econômica para o transporte de Minas Gerais. Nessas discussões, ficou patenteada a importância, também, do setor privado na questão do transporte hidroviário do nosso Estado.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um assunto de grande importância, exaustivamente discutido na Comissão foi, sem dúvida, a busca de um caminho para uma política minerária em Minas Gerais.

É incrível que um Estado como o nosso não tenha, até hoje, a sua política minerária, as diretrizes capazes de promover uma grande transformação no setor da mineração, tendo em vista que participamos com mais de 30% no mercado nacional das exportações. A partir de uma possível desativação da COMIG, criou-se uma expectativa entre os investidores em mineração e os diversos órgãos públicos do Estado, que, preocupados com a desativação dessa Companhia, instituíram o Fórum de Cidadãos do Setor Mineral, promovendo reuniões preliminares nesta Casa, iniciando uma luta com o objetivo de fazer com que Minas retome o seu lugar de destaque devido a sua pujança no mercado nacional.

Nossa Comissão preocupou-se em fazer um calendário, e dez audiências foram preestabelecidas. Dessas, pelo menos seis nós conseguimos realizar. Indicados para, novamente, presidir a Comissão, pretendemos levar avante não só o programa dos dois primeiros anos, mas também aprofundar, mais ainda, os estudos no setor mineral, que, sem dúvida, reputamos de grande importância para o nosso Estado. Minas, que já deteve 60% das exportações do País, hoje está restrita a pouco mais de 30%. Portanto, precisamos trabalhar para recuperar o tempo perdido, que redundou em diminuição de exportações para o nosso Estado.

Aqui fica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa preocupação não só com a mineração do nosso Estado, mas também com o desempenho da nossa Comissão, que, sem dúvida, poderá ajudar muito o nosso Estado, atingindo nossos objetivos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, assessoria, pessoas presentes nas galerias, membros da imprensa, gostaríamos de comentar com esta Casa e indiretamente com todos os segmentos organizados da população mineira o bom momento que Minas Gerais vive em relação ao turismo, tão importante para o nosso Estado, embora tão pouco tenha sido feito por ela.

Gostaria de comentar que, na semana passada, foi festejado o Dia Panamericano do Turismo, mostrando a presença dessa atividade na América como um todo.

Quero também comentar com os Srs. Deputados que, na semana passada, o nosso Governador, Dr. Eduardo Azeredo, a quem elogio desta tribuna, determinou o início da construção do Centro de Feiras e Exposições de Belo Horizonte no Parque da Gameleira ou Parque Bolívar Andrade, como preferem outros.

Gostaria de chamar a atenção para dizer que não foi lançamento de pedra fundamental, por que isso o Governador não gosta de fazer. Na verdade, foi a autorização para que a empresa de engenharia iniciasse, efetivamente, as obras de construção do Centro de Feiras e de Exposições de Belo Horizonte, que trará uma série de eventos para a nossa Capital. Ocupo esta Tribuna para elogiar o Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo, que teve a determinação de dar início à construção dessa obra. E é bom que isso aconteça, e que os Deputados tenham a informação de que, talvez, em 7 de setembro, possamos inaugurar o tão decantado Centro de Feiras e Exposições.

Dentro do alto astral que o turismo mineiro está vivendo como um todo, naquela oportunidade, o Governador assinou, através da TURMINAS, um programa de incentivo, valorização e incremento do turismo rural do Estado de Minas Gerais, possibilitando que as pessoas físicas ou jurídicas que lidam com essa questão façam um trabalho mais profícuo, melhorando, ampliando as suas instalações ou colocando-as em funcionamento.

A Associação Mineira de Empresas do Turismo Rural - AMETUR -, presidida pela Dra. Suzana, ficou satisfeita com a decisão do Governador Eduardo Azeredo.

Esta Casa realizou, em 1995, uma idéia deste Deputado, que é ligada ao "trade" do turismo: um seminário sobre questão tão importante para Minas Gerais. Em 1996, esta Casa dotou o Estado de Minas Gerais de leis modernas, justas e necessárias para o incremento da questão do turismo, como, por exemplo, a lei que trata do Programa Mineiro de Turismo, planejando essa atividade e dando suas definições, por parte da coisa pública, e definindo aquilo que ficará por conta da iniciativa privada. Então, o Programa Mineiro de Turismo - PMT - virou lei no ano passado. Da mesma maneira, o Conselho Estadual de Turismo também virou lei no ano passado, com um número mais reduzido de pessoas, com composição de segmentos organizados do "trade" do turismo e dos órgãos públicos.

Na oportunidade, gostaria de elogiar o trabalho competente e profícuo realizado por nossa colega nesta Casa, a jovem, porém determinada, Deputada Elbe Brandão, que ajudou muito para que essas duas idéias do seminário de 1995 se transformassem em lei em 1996. Rendo minhas homenagens a essa laboriosa Deputada que, hoje, comemorou o Dia Internacional da Mulher, a Deputada Elbe Brandão.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, continuando nesse nosso otimismo em relação ao turismo em Minas, gostaria de lembrar que a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, há pouco tempo, passou a denominar-se Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo, da mesma maneira que o seu par nacional, Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. Essa Secretaria, hoje, está entregue ao competente Deputado Federal Maurício Campos, que vem realizando um bom trabalho à frente daquele órgão.

Outro assunto palpitante e empolgante foi o Encontro das Américas, com a Prefeitura de Belo Horizonte e o Governo do Estado contribuindo cada um com a sua parte.

Hoje, a Assembléia realiza uma reunião com os Deputados e as autoridades do Estado, que estão implementando as ações para participarem do Encontro das Américas, a se realizar no Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, no mês de maio.

Na semana passada, realizou-se em Belo Horizonte o XXXIX Seminário dos Hotéis Nacionais, contando com a presença de diversos executivos da hotelaria nacional. Esse encontro mostrou que a nossa cidade e o nosso Estado estão começando a ocupar lugar

de destaque no cenário nacional do turismo. No dia 17 deste mês, o jornal "MG Turismo" entregará prêmios àquelas personalidades que mais se destacaram na área do turismo, em 1996. Gostaria de, mais uma vez, solicitar ao ilustre Presidente da Assembléia, que é uma pessoa sensível aos temas importantes para o Estado de Minas Gerais, que participe da solenidade do jornal "MG Turismo", na próxima segunda-feira, dia 17, quando estarão presentes todas as pessoas ligadas ao "trade" turístico.

Acrescentaria a essa relação de atividades positivas na área do turismo a preocupação de nossa cidade e das cidades do interior pela possibilidade de se cadastrarem junto à EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo, através de nossa empresa mineira de turismo, a TURMINAS, para que obtenham financiamento na área de turismo, como, por exemplo, para a construção de hotéis-fazenda. Chamaria a atenção dos Srs. Deputados para que cadastrem as suas cidades, a fim de receberem financiamentos do Estado para a área do turismo.

Lembraria ainda que, com a evolução do MERCOSUL, que está ampliando o leque do turismo receptivo em Belo Horizonte e em Minas Gerais, muitos belo-horizontinos e muitos mineiros estão fazendo viagens tranqüilas e sem burocracia para outros países. O MERCOSUL também veio para nos alertar sobre a questão do turismo. Há ainda a questão da definição do PROBETUR Nordeste, que vem beneficiar parte do Estado de Minas Gerais, que é importante para o Estado e agora se tornou uma realidade.

Sr. Presidente, nesta lista enorme de coisas positivas que têm acontecido no turismo de Belo Horizonte e de Minas Gerais, gostaria de lembrar, sem fazer propaganda, que uma empresa aérea inaugurou outras grandes lojas, possibilitando a comercialização maior, mais fácil e ágil de suas passagens em Belo Horizonte.

Sr. Presidente, terminando, gostaria de tornar pública a frase de um amigo, Jorge Norman, ligado à área de turismo: "O turismo mineiro vive hoje uma grande conjunção positiva, que vai levá-lo para a frente". Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Wilson Pires - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui para encaminhar o projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de impressão nos rótulos de todas as bebidas alcoólicas industrializadas e comercializadas a expressão: "O álcool pode causar dependência e, em excesso, prejudicar a saúde". Damos inteiro apoio a esse projeto de grande alcance no sentido de fazer com que as pessoas conheçam os malefícios do álcool.

Antes da votação desse projeto, gostaria de fazer uma observação sobre uma tese que trago aos Srs. Deputados.

Volto, novamente, a esta tribuna, Sr. Presidente, para demonstrar a V. Exa. e aos colegas Deputados a nossa preocupação com o número cada vez maior de mortes trágicas que ocorrem em nosso Estado e no País, que poderiam ser evitadas caso as pessoas tivessem conhecimentos de simples noções de primeiros socorros. Para que isso não mais ocorra, estamos colocando à apreciação desta Casa nosso projeto para incluir no ensino médio das escolas estaduais o curso de primeiros socorros.

Como sabe, Sr. Presidente, os acidentes ocorrem em qualquer parte, mas ocorrem especialmente nas ruas e nas estradas, ocasionados por veículos e em especial pelos automóveis. As lesões que tais acidentes provocam são as mais variadas: desde as mais simples e insignificantes, até aquelas que podem levar o indivíduo à morte.

Acidentes como traumatismos graves em geral, enfarte agudo do miocárdio, edema agudo do pulmão, queimaduras graves, picadas de cobras, afogamentos, etc., poderão ter um prognóstico diferente se os circunstantes tiverem noções e conhecimentos simples de primeiros socorros.

Exemplifico: o simples ato de dar de beber água a uma pessoa portadora de fratura da coluna cervical pode provocar um choque espinhal e matá-la na hora; uma pessoa portadora de traumatismo craniano em coma, pode apresentar no momento do acidente obstrução das vias aéreas superiores por sangramento; o simples movimento de puxar a língua, que está dobrada para trás, para fora da arcada dentária desobstrui a passagem do ar e salva a vida dessa pessoa. Uma massagem cardíaca resolve muitas vezes uma parada cardíaca; uma respiração boca a boca salva uma vítima de afogamento; um provocar de vômito resolve envenenamentos, e assim por diante.

O conhecimento de noções simples, para salvar vidas e mudar o destino das pessoas, é importante que seja do conhecimento de todos os nossos jovens que fazem o ensino médio.

Quantas vidas se perdem por falta desses conhecimentos por parte dos nossos jovens em geral, para enfrentar e contornar situações de perigo, quando muitas vezes se acham envolvidos ou são simples circunstantes no momento do acidente.

Por isso, entendemos a necessidade de ministrar esses conhecimentos e essas noções no ensino médio, os quais serão de grande valia, não só no prognóstico, mas para que médicos e hospitais recebam os pacientes em melhores condições. Não temos a pretensão de incluir no currículo do ensino médio das escolas estaduais um curso para dar conhecimentos a alunos para tratar as pessoas definitivamente, mas pretendemos explorar intensiva e profundamente a capacidade e o potencial dos nossos jovens de

prestar com segurança e eficiência a primeira assistência no local do acontecimento ou do acidente, para que as pessoas não sofram danos irreparáveis e que sejam transportadas para o hospital mais próximo com total segurança e conforto, a fim de receberem o tratamento definitivo.

Hoje, quando Minas Gerais se atira para uma nova era na educação, sustentamos que as nossas escolas estaduais precisam se modernizar e prestar uma educação suficiente e eficiente, voltada para a prática, para que Minas se ponha na vanguarda dos Estados brasileiros, dando, como sempre, os melhores exemplos em benefício do seu povo.

Quero ainda acrescentar, Sr. Presidente, que, diante de um indivíduo portador de sangramento acentuado, o qual poderá levá-lo a uma anemia aguda e à morte, o cidadão que tenha simples noções e conhecimento de causa poderá intervir e fazer com que essa pessoa seja salva e encaminhada aos hospitais com segurança.

É importante que nos preocupemos com o ensino, no sentido de que nossos jovens possam ganhar confiança e conhecimentos para salvar vidas, hoje só privilégio dos médicos. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/3/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, e 5.130, de 4/5/93, e a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.163, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Péricles Ferreira

exonerando Haia Mendes Crispim Macedo Cardoso do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

exonerando Karla Andréa Almeida Mendes do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Karla Andréa Almeida Mendes para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

nomeando Lourenço de Azevedo Fernandes para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, e 1.389, de 6/2/97, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Jaqueline Alves Miranda do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Haia Mendes Crispim Macedo Cardoso para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, à vista do disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, c/c com as Leis nºs 8.443, de 6/10/83, e 9.384, de 18/12/86, observado o art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/83, e os arts. 5º e 6º da Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 19/2/97, Maria Anilza Martins, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Agente Parlamentar, classificado como Agente de Execução do Grupo de Execução de Apoio à Administração da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.090, de 17/12/90, observado o art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, e tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 26/2/97, a servidora Olívia Santos de Carvalho, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria-Consultor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

ERRATA

Nº 175/95

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 15/3/97, na pág. 26, col. 4, no art. 1º do Projeto de Lei nº 175/95, onde se lê:

"com a redação dada pela Lei nº 5.830, de 6 de dezembro de 1971.", leia-se:

"com a redação dada pela Lei nº 12.240, de 5 de julho de 1996.".
